



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

RELATÓRIO ANUAL ESTATÍSTICO DE PEDIDOS DE ACESSO 2022



**DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ
CORREGEDORIA-GERAL**

EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS

Corregedor-Geral

LAURO MIYASATO JUNIOR

Subcorregedor-Geral

IRENE ROSA DE SOUZA BEZERRA FERREIRA

Chefe de Gabinete

EDUARDO MAGNO GÓES SOTÃO

Assessor Jurídico

DANIEL ALMEIDA CALADO

Assessor Jurídico

ELOANE DA COSTA MACHADO

Assessora Técnica

MÁRCIA DA GRAÇA CORDEIRO MELO DOS SANTOS

Assessora Técnica

RICARDO BRITO DA SILVA

Assessor Técnico

MAHYZA NASCIMENTO TAVARES

Assessora Técnica



1. A CORREGEDORIA-GERAL

A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Amapá desempenha um papel crucial na execução de ações de controle e fiscalização, tendo como base as prerrogativas jurídicas estabelecidas em diversas disposições legais, especialmente no artigo 105 da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, no artigo 22 da Lei Complementar Estadual nº 121, de 31 de dezembro de 2019, e na Resolução nº 62/2022/CSDPEAP. Essas normativas conferem à Corregedoria-Geral uma série de responsabilidades e atribuições, visando assegurar a eficiência e a transparência das atividades da Defensoria Pública no estado.

O artigo 2º do Regulamento Interno da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Amapá define claramente as finalidades dessa instância. Entre suas principais funções, destacam-se o controle, a fiscalização, a inspeção e a orientação das atividades funcionais, bem como das condutas dos membros e servidores da instituição. A atuação da Corregedoria-Geral busca garantir que todos os processos e procedimentos da Defensoria Pública sejam realizados de acordo com os mais altos padrões de legalidade, ética e eficiência.

Esses instrumentos são essenciais para a realização de uma gestão transparente e organizada dentro da Defensoria Pública, permitindo uma comunicação eficaz entre a Corregedoria-Geral, os membros e servidores da instituição, bem como com o público em geral.

A Corregedoria-Geral também tem a atribuição de receber, organizar, tabular e garantir a integridade dos dados relativos às atividades dos Defensores Públicos, utilizando-se de um sistema informatizado para a organização dessas informações. Esse processo é fundamental para a elaboração do Relatório de Atividades dos Defensores Públicos, um documento detalhado que contém informações sobre o desempenho e a produtividade dos membros da Defensoria Pública em suas diversas funções.

O presente relatório tem como objetivo apresentar um panorama dos processos recebidos pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Amapá no ano de 2022. Os dados analisados referem-se a manifestações da sociedade, como reclamações e elogios, relacionadas à atuação de membros e servidores da instituição.



Relatório de Manifestações Recebidas – Ano de 2022

Este relatório tem por finalidade apresentar os dados relativos às manifestações encaminhadas à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Amapá no exercício de 2022. As manifestações contemplam reclamações e elogios referentes à conduta e ao atendimento prestado por membros e servidores da Instituição, contribuindo para o fortalecimento da transparência, do controle social e da melhoria contínua dos serviços oferecidos à população.

Os processos encaminhados à Corregedoria-Geral tiveram como principais temas as reclamações, que representaram 100% do total. Em termos quantitativos, foram registradas 2 reclamações. O gráfico abaixo ilustra que ilustra esse dado.

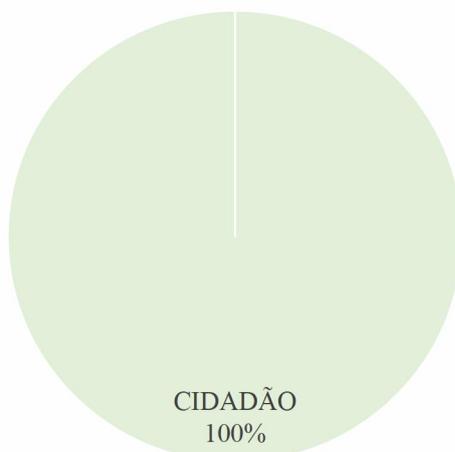


Com a finalidade de garantir a confidencialidade das informações e, ao mesmo tempo, proporcionar uma visão analítica dos dados recebidos, foram consolidadas as manifestações encaminhadas ao longo do ano, considerando a qualificação dos manifestantes, a identificação de gênero, o resultado das demandas apresentadas e a situação final dos respectivos processos.

A totalidade dos registros analisados refere-se a manifestações realizadas por cidadãos identificados, o que demonstra um alto grau de confiança no canal institucional de escuta e no compromisso da entidade com a transparência e a responsabilização. A inexistência de manifestações anônimas reforça a legitimidade das demandas recebidas e facilita a interlocução entre o manifestante e a instituição.

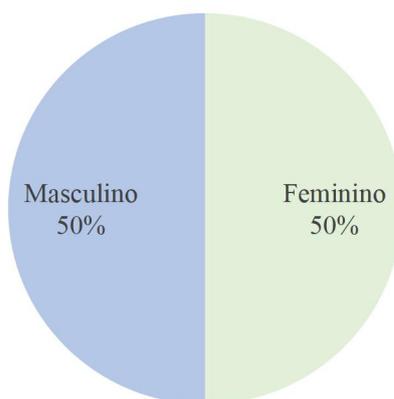


GRÁFICO 2 - QUALIFICAÇÃO DO MANIFESTANTE



No que se refere à distribuição por gênero, os dados apontam uma divisão equilibrada entre os manifestantes: 50% pertencem ao sexo masculino e os outros 50% ao sexo feminino. Esse equilíbrio sugere uma participação equitativa entre os gêneros, refletindo o acesso democrático aos canais de manifestação disponíveis.

GRÁFICO 3 - GÊNERO DO MANIFESTANTE



Quanto aos desdobramentos administrativos das demandas recebidas, observou-se que 50% dos pedidos foram considerados procedentes, ensejando providências cabíveis por parte da instituição. Por outro lado, os demais 50% foram indeferidos, após análise técnica, por não apresentarem fundamentos suficientes ou por não se enquadrarem nas hipóteses de atuação



DEFENSORIA PÚBLICA

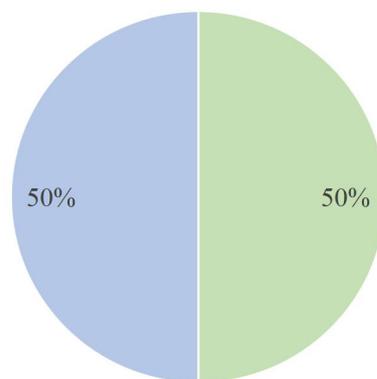
AMAPÁ

institucional. Essa distribuição evidencia um tratamento criterioso e equilibrado das manifestações, com respeito aos princípios da legalidade, imparcialidade e eficiência.

Importante destacar que 100% dos processos decorrentes das manifestações foram devidamente concluídos e arquivados, após o cumprimento das etapas previstas nos fluxos internos. Tal dado demonstra o compromisso da instituição com a resposta célere e responsável às demandas recebidas, além de reforçar a efetividade dos mecanismos de escuta ativa e resolução administrativa.

GRÁFICO 4 - SITUAÇÃO DO PROCESSO

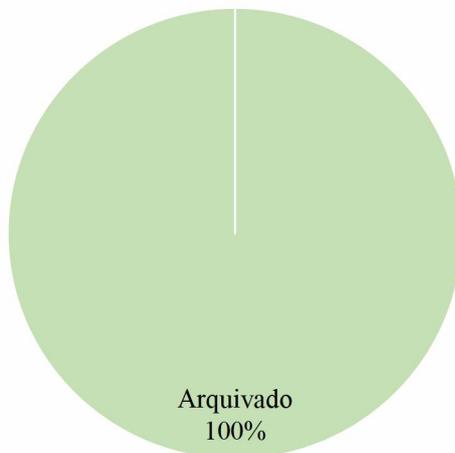
■ Pedido Indeferido ■ Pedido procedente



	ASSUNTO
RESULTADO	RECLAMAÇÃO
Pedido Indeferido	1
Pedido procedente	1
Total geral	2



GRÁFICO 5 - SITUAÇÃO DOS PROCESSOS



	SITUAÇÃO
RESULTADO	Arquivado
Pedido Indeferido	1
Pedido procedente	1
Total geral	2